

TRABALHO E TRABALHO ABSTRATO NO CAPÍTULO V DE O CAPITAL: DIFERENÇAS E SIMILITUDES.

Eixo: O espírito e a letra da obra de Marx.

Cléo Ricardo B. Veiga¹

RESUMO

O presente artigo procura compreender a categoria trabalho a partir de *O Capital*, precisamente o capítulo V. Essa compreensão buscará as diferenças ontológicas entre as categorias trabalho e trabalho abstrato. Nesse sentido, sempre que necessário, este estudo se apropriará de outras obras do universo marxiano, bem como as contribuições de Lessa sobre a ontologia lukacsiana. O caminho percorrido é a análise do trabalho, tomado em sua concretude, como fonte dos valores de uso; como categoria fundamental na estruturação da socialidade. Em seguida, tratou-se de compreender o trabalho abstrato como fonte do valor, como trabalho abstraído de sua concretude, importando apenas a quantidade de trabalho para realizar o valor. Por fim, procurou-se relacionar essas duas categorias, tomando a realidade concreta como determinante para a compreensão adequada de ambas categorias.

Palavras chaves: trabalho – trabalho abstrato - ontologia

ABSTRACT

This article seeks to understand the work category from *The Capital*, precisely Chapter V. This understanding will seek the ontological differences between the categories work and abstract work. Accordingly, whenever necessary, this study will appropriate other works of Marxian universe, as well as the contributions of Lessa on Lukacsian ontology. The road traveled is the analysis of the work, taken in its concreteness, as a source of use values; as a fundamental category in the structuring of sociality. Then was treated to understand abstract labor as a source of value, such as work abstracted from its concreteness, importing only the amount of work to realize the value. Finally, we tried to correlate these two categories, taking the concrete reality as crucial to the proper understanding of both categories.

Key words: work - abstract labor - ontology

Introdução

O homem, nos seus primórdios, não se diferenciava dos outros animais, estando submetido aos ditames da natureza em todos os aspectos. Ou seja, o homem era um animal, parte integrante da natureza, tal qual qualquer outro animal. Não existia a esfera ontológica do social. É apenas pela atividade do trabalho que o homem poderá dar no dizer lukacsiano, um salto ontológico. É pela capacidade de trabalhar, de transformar a natureza, que o homem vai

¹ Mestrando da Pós-graduação em Serviço Social, UFAL

distinguir-se da natureza (distinguir-se não é autonomizar-se completamente), fundando assim uma nova esfera ontológica, a esfera do ser social.

Importante ressaltar que o trabalho não aparece na vida cotidiana dos homens como uma categoria pura, sem interferências de condicionantes sociais. Cada forma do homem extrair da natureza (produzir) os bens necessários a sua subsistência e reprodução dão bases a uma determinada forma de sociabilidade. Ou seja, se o trabalho é a categoria fundante do ser social, cada forma distinta do homem se relacionar com a natureza carrega no seu bojo uma forma determinada de organizar a vida social. Assim, o trabalho escravo era a base da sociabilidade Antiga, o trabalho servil era base da sociabilidade feudal e o trabalho proletário é a base da sociabilidade capitalista.

Esse é o eixo fundamental desse artigo. Primeiro uma análise da categoria trabalho, como ela funda o ser social, suas características. Posteriormente a análise de sua função social na sociabilidade burguesa. Em seguida, a partir das considerações anteriores, haverá possibilidade de considerar sobre a relação entre o trabalho e o trabalho abstrato.

Trabalho: a categoria fundante do ser social

O processo de trabalho, a relação do homem com a natureza para a extração dos meios de subsistência e reprodução da vida é, independente da organização social, a produção de valores de uso. Marx escreve: “a produção do valor-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle.” (2004: 211)

O que é propriamente o trabalho? Marx (2004), em sua obra fundamental, *O capital*, desenvolve uma abstração *sui generis* do trabalho, buscando compreender os nexos ontológicos internos ao processo de trabalho, onde destaca que:

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (p. 211)

Devemos observar atentamente algumas características fundamentais do processo de trabalho. A primeira delas é que Marx compreende o trabalho como um processo em que deve comparecer, necessariamente, o homem e a natureza. Ou seja, o trabalho é um processo onde o homem, através de “sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio **material com a natureza**”. Procurar o trabalho fora dessas características ultrapassa a compreensão marxiana do trabalho.

O trabalho ocupa uma posição no complexo total que o diferencia das demais atividades humanas. É através do trabalho que o homem se distingue dos animais e dos outros seres. Trata-se, efetivamente, da centralidade ontológica do trabalho. Ou dito de outra maneira, o trabalho é a categoria fundante do ser social. Marx e Engels colocam a questão da seguinte forma:

Mas eles próprios [os homens] começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência. (...) Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua vida material. (MARX; ENGELS, 2002, p. 10-11) (grifo original)

É através do trabalho que o homem autonomiza-se do ser natural, fundando assim uma nova esfera ontológica, a esfera do ser social. É pelo e no trabalho que o homem dá esse “salto ontológico²”, para utilizar uma expressão do Lukács. No entanto, essa autonomia é sempre relativa, pois não pode haver ser social sem a sua base biológica ou sem a esfera inorgânica, que possibilita o homem transformá-la de acordo com suas necessidades e possibilidades.

A objetivação de um processo de trabalho, que obedece a uma finalidade, é o que coloca diante da humanidade novas necessidades e novas possibilidades. Esse é um processo de complexificação das relações humanas, pois as novas possibilidades e necessidades criadas pela objetivação de um produto tornam-se um desafio para a humanidade, que precisará conhecer as novas situações criadas pela objetivação, criando assim novas habilidades para trabalhar e objetivar novos produtos capazes de atender as novas possibilidades e necessidades criadas pela objetivação anterior.

Sendo o trabalho o eterno intercâmbio material do homem com a natureza e atividade fundante do ser social, podemos verificar alguns componentes dessa atividade. Em linhas gerais, e de acordo com Marx, podemos apontar os seguintes componentes:

- 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho;
- 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
- 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (MARX, 2004, p. 212)

Esses são os componentes do processo de trabalho. A atividade adequada a um fim é o próprio trabalho, a ação do homem sobre a natureza de modo a transformá-la em meios de subsistência e reprodução da vida humana. A natureza, tendo sofrido uma transformação

² Cf. Lessa, S. *A Ontologia de Lukacs*, 1997, p. 17.

anterior – por parte do próprio homem, ou não –, é o objeto de trabalho. E por fim, os meios de trabalho que Marx explica sendo “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto” (idem: 213), é a mediação que se interpõe entre o homem e a natureza no processo de trabalho. Esse objeto de trabalho é, também, fruto de trabalho anterior.

Esse processo de trabalho Marx aponta como sendo atividade exclusivamente humana, pois mesmo admitindo que os animais possam modificar a paisagem natural como:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (idem, p. 211-12)

Destaca-se a importância do papel ativo que tem a consciência ativa do homem nesse processo. Diferente da consciência animal, que está fundamentalmente atrelada ao processo de reprodução biológica e repetição do mesmo, sempre adaptando-se à natureza, o homem, a partir desse papel ativo da consciência vai para além da simples adaptação, transformando a natureza e abrindo novas possibilidades para futuras objetivações. O processo de figurar “na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” é o que Lessa, apoiando-se em Lukács, vai chamar de prévia-ideação. Na sua obra *A Ontologia de Lukács*, Lessa, ao tratar da prévia-ideação, escreve:

Esse momento de planejamento que *antecede e dirige* a ação, Lukács denominou de prévia-ideação. Pela prévia-ideação, as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) *antes* que seja construído na prática. (LESSA, 1997, p.24) (grifos originais)

Podemos concluir que a prévia-ideação (ou, de acordo com Marx, o processo de figurar na mente a sua construção antes de realizá-la) seria o elemento subjetivo do processo de trabalho. Então o processo de trabalho seria constituído de dois elementos centrais: um subjetivo (prévia-ideação) e outro objetivo (a ação que transforma a natureza).

Estes elementos, tomados aqui em separadamente, mas na realidade concreta formam uma unidade indissociável do processo de trabalho. Sem prévia-ideação não há trabalho humano, da mesma forma não pode haver trabalho sem a efetiva ação do homem, direcionando sua vontade e atenção para o processo de transformação da natureza. Para o

trabalho se realizar de maneira satisfatória o homem deve apreender o ser-precisamente-assim, a legalidade, dos objetos naturais a serem transformados. A isso, Lukács (2013), depois Lessa (2003), chamou de *intention recta*.

Quando o homem objetiva uma previa-ideação, ele também está fazendo um movimento de *exteriorização*. Esse movimento é o que Marx chamou de transformar a si mesmo ao mesmo tempo em que se transforma a natureza. Objetivação e exteriorização são dois momentos indissociáveis resultantes do processo de trabalho. Evidentemente, trata-se aqui de um processo de trabalho que logrou êxito no seu objetivo, pois do contrário, não se efetiva nem a objetivação, nem a exteriorização. Lukács (2013) aponta que:

No entanto, a superação das heterogeneidades mediante a unitariedade e a homogeneidade do pôr tem seus limites claramente determinados. Não nos refererimos, porém, àquela situação óbvia, já esclarecida, na qual a homogeneização pressupõe o conhecimento correto dos nexos causais não homogêneos da realidade. Se houver erro a respeito deles no processo de investigação, nem sequer pode chegar a ser – em sentido ontológico – postos; continuam a operar de modo natural e o pôr teleológico se suprime por si mesmo, uma vez que, não sendo realizável, se reduz a um fato de consciência que se tornou impotente diante da natureza. (p. 55)

Qualquer impeditivo de o trabalho se realizar, da ação humana se concretizar sobre a natureza, atendendo desta forma as necessidades humanas, o pôr teleológico não se realiza e tanto o processo de objetivação como exteriorização ficam frustrados com relação à sua realização.

Embora se esteja tratando, até esse momento, do processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada, tal como Marx o faz na primeira parte do capítulo sobre o processo de trabalho, o mesmo não existe na realidade concreta fora da sociedade. Lessa pontua que:

Se o trabalho é a categoria fundante do devir-humano dos homens, o desenvolvimento de cada sociedade é determinado, *também*, pelas particularidades de cada sociedade. Entre o desenvolvimento social global e a evolução da categoria trabalho enquanto tal, há um conjunto de mediações que compõe a realidade social concretamente existente a cada momento histórico. (LESSA, 1997, pp. 86-7)

Ainda que o trabalho seja a categoria fundante do mundo dos homens não se pode reduzir a totalidade social ao trabalho. Há, entre essas categorias, uma série de mediações que Lukács (2013) denominará de complexos parciais. Esses complexos parciais são **relativamente** autônomos entre si. Para poder exercer sua função social - ou seja, suas

especificidades – é necessária uma autonomia perante os demais complexos parciais e a totalidade desses complexos. Essa autonomia é sempre relativa, pois todos os complexos parciais se determinam mutuamente. Evidente que há, nesse processo, um momento determinante; esse momento determinante cabe ao trabalho.

O trabalho, então, é o intercâmbio “eterno” do homem com a natureza. Nesse intercâmbio o homem produz os meios necessários para a sua vida, ao passo que se transforma concomitantemente. No sistema do capital há uma subsunção do trabalho produtor de valores-de-uso ao capital, não interessando ao este o que se produz, mas tão-somente a quantidade de trabalho socialmente empregado na produção de mercadorias. Dessa forma, abstrai-se a determinidade do trabalho, transformando o trabalho concreto, produtor de valores-de-uso, em trabalho abstrato.

O trabalho abstrato

O trabalho abstrato não é uma forma de trabalho encontrada ao longo de toda a sociabilidade humana. Ao contrário, é antes uma marca de uma determinada forma de sociabilidade. Ou seja, não é uma categoria universal do ser social.

O trabalho abstrato é uma característica do modo de produção capitalista, próprio da produção de mercadorias, onde a produção de valores-de-uso está determinada pela produção de valor de troca. A produção não visa atender as necessidades humanas, mas reproduzir e valorizar o capital. Nesse sentido, Marx escreve:

Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem o substrato material, detentores de valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor do conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la. (...) Além de um valor-de-uso, quer produzir uma mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente. (MARX, 2004: 220)

Essa é a dinâmica da produção na perspectiva do capital. Esse é o seu interesse. Muito distinto, portanto, dos interesses da satisfação das necessidades humanas. Se alguém tem uma necessidade que procure o que precisa no mercado. É lá que os itens de sobrevivência se encontram.

O submeter-se do trabalho aos interesses do capital é a chave para se entender o processo do trabalho abstrato. O incauto pode questionar o porquê que o trabalhador submete seu trabalho aos ditames do capital. Não se trata de uma questão de escolha. A constituição do mundo burguês, a separação do produtor dos meios necessários a reprodução da vida material, impele o trabalhador a buscar, como única forma possível a sua sobrevivência, o trabalho assalariado. Esse é o fundamento constituinte do mundo burguês, a saber, a compra e venda da força de trabalho.

O trabalho abstrato não deixa de ser trabalho, ou seja, guarda relação com aquele intercâmbio orgânico do homem com a natureza. No entanto, sob a égide do capital, o trabalho passa a ter uma dimensão alienada. Lessa afirma que: “a finalidade imediata do trabalho abstrato é a produção de mais-valia” (LESSA, 2007: 195). Não se trata da qualidade do trabalho, mas a quantidade de trabalho. Não é o que se produz, nem como produz, é o trabalho, por um determinado período, submetido aos interesses de valorizar o capital.

Não interessa, para o trabalho abstrato, o que se produz, se fios ou sapatos, mas apenas a quantidade socialmente necessária para se produzir valores-de-uso subsumidos pelo valor de troca.

Se o trabalho específico produtivo do trabalhador não fosse o de fiar, ele não transformaria o algodão em fio e, portanto, não transferiria os valores do algodão e do fuso ao fio. Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um determinado tempo. (MARX, 1996: 318)

Dessa forma, a determinidade do trabalho é a última coisa que interessa em uma sociedade guiada pelo trabalho abstrato. Não interessa saber se a necessidade da humanidade é por mais casas ou comida, interessa saber que o trabalho socialmente empregado na produção de uma mercadoria ou serviço, produz mais ou valoriza o capital. Nesse sentido, as necessidades humanas estão submetidas aos interesses de reprodução ampliada do capital.

Para poder subsistir na sociabilidade burguesa, o indivíduo precisa, se não for o proprietário dos meios de produção, vender a sua força de trabalho. Acontece que, por vezes, essa força de trabalho não está empregada na produção direta, na esfera do intercâmbio do homem com a natureza. No entanto, a relação que referencia as outras relações é aquela travada entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores despossuídos dos mesmos.

Ou seja, uma relação assalariada. Logo, podemos dizer que também nas outras esferas da vida cotidiana a relação de compra e venda da força de trabalho se dá mediante o sistema de assalariamento.

Se por um lado essa outra esfera não é a produção direta dos bens de consumo, ou mais propriamente, de mercadorias – em se tratando da sociedade burguesa –, por outro não se pode deixar de assinalar que há valorização do capital também nessa esfera. Marx (1996b) argumenta que:

Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. (p. 138)

Acontece que nem todo trabalho abstrato é um trabalho produtivo de mais-valia. Lembrando que o trabalho abstrato é uma relação mais ampla do que o trabalho – o intercâmbio “eterno” do homem com a natureza –, pois está relacionado a um processo de compra e venda da força de trabalho por um determinado período mediante o pagamento em salário. Assim sendo, o trabalho abstrato tem a sua esfera improdutivo, ou seja, que não produz mais-valia. Neste caso, está se pensando nos trabalhadores vinculados ao Estado ou assalariados que assumem postos de controle nas empresas, personificam o trabalho intelectual e, desta forma, são inimigos de classe dos trabalhadores.

De maneira nenhuma, ser produtivo ou não, isso é uma questão de juízo de valor, mas, tão somente, indica se determinada relação de assalariamento produz ou não mais-valia ao burguês. De acordo com Marx:

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar. (MARX, 1996b: 138)

Portanto, o trabalho abstrato pode ser produtivo ou não de mais-valia. O trabalho abstrato localizado no âmbito da produção da riqueza material é, necessariamente, um trabalho produtivo. Já o gerente do processo de trabalho é um assalariado improdutivo, pois não produz mais-valia, embora seja necessária a sua atuação para garantir a produção.

Existe ainda uma diferença entre trabalho abstrato que produz o capital e aquele que apenas valoriza-o. Nesse sentido, ao expor sobre a diferença entre o trabalho abstrato produtivo proletário e o trabalho abstrato produtivo de um professor assalariado (que não pode estar localizado na esfera do Estado), Lessa escreve:

Em suma, o trabalho do proletário resulta em um “produto final” – meios de produção e subsistência – que, além de valorizar, também “produz” o capital e pode, por isso, servir como meio para a sua acumulação. O resultado do trabalho do mestre-escola, por seu lado, se exaure no momento em que é objetivado e dele não resulta nenhuma “coisa” equivalente a “meio de produção ou meio de subsistência”. Por isso, do trabalho abstrato do mestre-escola não resulta qualquer produto final que possa servir de meio de acumulação. O mesmo pode ser dito do assistente social e das outras atividades assalariadas não proletárias. (LESSA, 2007: 177)

Não há, portanto, pelo fato de ser trabalho abstrato, entre o trabalho proletário e as outras relações assalariadas, uma relação de identidade. Há semelhanças e diferenças muito evidentes, como constata-se a partir do trecho citado.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o trabalho abstrato é uma relação social própria da sociabilidade burguesa, vinculado à produção de mercadorias e, também, de capital; que o sujeito, ao ver-se despossuído dos meios de produção (matérias-primas e instrumentos de trabalho) procura vender-se no mercado de trabalho em troca de um salário. Essa transação pode se dar tanto no âmbito da produção dos meios de subsistência e de reprodução como em outras áreas, como a circulação ou serviços. O trabalho abstrato é uma relação social onde abstrai-se a determinidade do trabalho concreto, produtor de valores-de-uso, importando apenas a *quantum* de trabalho necessário para a produção de mercadorias. Além disso, o trabalho abstrato pode ser produtivo ou não de mais-valia.

A relação do trabalho e trabalho abstrato

O trabalho é a relação do homem com a natureza. Relação “eterna” para a reprodução da vida humana, pois sem a transformação da natureza não há possibilidades de existir qualquer forma de socialidade. Entretanto, o trabalho não comparece na realidade de maneira pura, ou seja, é no desenvolvimento histórico-social dos homens que o trabalho se situa. E toda a práxis social, embora fundada pelo trabalho, não pode ser reduzida a ele.

Ao longo da história humana, o surgimento da produção de excedente, possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas, deu bases para o surgimento das classes sociais e

a consequente apropriação privada desse excedente; assim, a classe dirigente sempre procurou formas de ampliar a produção, à custa da exploração econômica da classe dominada.

A primeira forma de ampliar a produção e acumular riqueza foi o escravismo. Os homens escravizavam os perdedores das guerras para trabalharem nas suas terras. Evidentemente foi um longo caminho para se chegar até essa situação, mas que os limites desse artigo não pode abarcar. A riqueza no modo de produção escravista era medida pela quantidade de terras e de escravos que o senhor possuía. O acúmulo de escravos e de terras chegou a um limite e assim veio a crise do sistema escravista. Basta assinalar aqui que o trabalho escravo era a base de sustentação dessa forma de sociabilidade.

Dessa forma, com a desagregação dos impérios, há uma movimentação para o campo. A forma de produção mudou, mudou a forma de organizar o trabalho e a também a forma de expropriar o mais-trabalho. O sistema feudal se caracteriza pela divisão entre senhores feudais e servos, enquanto classes fundamentais. Também nesse modo de produção a riqueza era medida pela quantidade de servos e terras que o senhor feudal possuía. O trabalho servil tinha como característica uma parte da produção destinada ao senhor feudal em troca de proteção militar e das terras que lhe eram permitidas cultivar. Entretanto, o servo era o proprietário dos seus instrumentos de trabalho, diferentemente do escravo, que era o próprio instrumento de trabalho.

Com a crise do sistema feudal e a ascensão econômica e política da burguesia, têm-se uma revolução no modo de produzir a riqueza material. A separação do produtor dos seus meios de produção foi a chave para que o desenvolvimento do mercado pudesse voltar a expandir-se. É obvio que não dá para explicar, em todas as suas nuances, o desenvolvimento capitalista nesse artigo, devido há restrições de espaço, bem como não é o objetivo proposto pelo texto. Mas é preciso assinalar que, além de separar o produtor dos meios de produção, foi preciso criar leis para que os então trabalhadores livres pudesse se encaminhar ao mercado de trabalho para vender sua força de trabalho. Esse não foi um processo tranquilo. A humanidade pagou com muito sangue esse processo de transição; muitas mortes foram necessárias para concluir essa transformação na base material da sociedade.

Embora a humanidade tenha conhecido diferentes formas de trabalho ao longo de sua história, o processo de trabalho, em sua essência, não mudou: continua a ser a relação orgânica do homem com a natureza. Mas essa relação homem-natureza conheceu, desde o surgimento das classes sociais, a exploração de uma parcela da população por outra minoritária. Com certeza, porém, a emersão do trabalho abstrato com o desenvolvimento da

sociedade do capital, foi uma mudança significativa; inclusive no processo de acumulação de riqueza. Não há limites para acumulação de capital.

Considerações finais

O trabalho é a categoria que funda o mundo dos homens. O homem para existir precisa comer, de repor energias, aquecer-se contra o frio, reproduzir-se, etc. Para satisfazer essas necessidades precisa transformar a natureza, ou seja, precisa produzir valores-de-uso. A partir disso o homem se distingue do ser orgânico e inorgânico, fundando assim uma nova esfera ontológica: a esfera do ser social. Isso de forma nenhuma faz com que o ser social prescindia do ser natural. A mesma relação que encontramos entre os complexos parciais – de dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca – é válida para esferas do ser, tomado aqui enquanto totalidade.

Na sociabilidade burguesa, o trabalho deixa de ser prioritariamente para atender as necessidades humanas, ou seja, deixa de importar o seu produto concreto, e passa a ter como função principal produzir e reproduzir o capital. Esse movimento de reprodução e valorização do capital tem por fundamento o trabalho abstrato, que nada mais é que a produção de valor.

Ademais, o trabalho abstrato pode ser tanto produtivo quanto improdutivo. Não se trata de produtivo ou improdutivo no sentido de ser útil ou não à humanidade, mas de produzir ou não mais-valia para o burguês, dono dos meios de produção, circulação e consumo.

Não há uma relação de identidade entre trabalho e trabalho abstrato. O primeiro é o intercâmbio “eterno” do homem com a natureza, relação sem a qual fica impossibilitada qualquer condição de socialidade. O trabalho abstrato é, antes, a quantificação de trabalho socialmente necessário para a produção ou valorização do valor.

Referências

LESSA, Sérgio. *A ontologia de Lukács*. 2ª Ed. Maceió: Edufal, 1997.

_____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez editora, 2007.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*. Vol II. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, Karl. *O capital*. Crítica da economia política Livro I, vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I, tomo 1. São Paulo: Ed. Nova Cultural ltda, 1996.

_____. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I, tomo 2. São Paulo: Ed. Nova Cultural